



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



O PAPEL DA EDUCAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DO EMPODERAMENTO E DA ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Área temática: Educação

Autora: Letícia Érica Gonçalves Ribeiro¹

Resumo

O projeto de extensão "Ações de enfrentamento à violência contra a mulher por meio da capacitação em Gênero de estudantes, educadores e lideranças comunitárias e do empoderamento e organização das mulheres de São Sebastião/DF", desenvolvido pelo Instituto Federal de Brasília (IFB), Campus de São Sebastião, por meio do PROEXT/MEC SeSu, consiste em promover a formação de estudantes de Letras, de professores e estudantes da Educação Básica e de lideranças comunitárias na temática de Relações de gênero, a fim de desconstruir preconceitos e estereótipos, conscientizar e orientar sobre os direitos das mulheres; promover, ainda, ações de enfrentamento à violência contra a mulher, por meio da organização e empoderamento das mulheres da comunidade, para que atuassem como agentes multiplicadoras no combate à violência de Gênero. Para isto, foram realizados cursos, oficinas, palestras, cine debates, encontros temáticos, visitas aos órgãos de proteção à mulher no Distrito Federal e a adesão à "Campanha 16 dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher". Por meio desse projeto, centenas de pessoas foram alcançadas e as ações resultaram em maior conscientização à respeito da importância de denunciar a violência, esclarecimentos sobre direitos da mulher, Lei Maria da Penha e equipamentos disponíveis para atendimento à mulher no Distrito Federal. Além disso, percebeu-se o envolvimento dos estudantes nas atividades desenvolvidas e uma mudança com relação a alguns preconceitos de gênero, que eram vistos e reproduzidos de forma naturalizada. Porém, o principal resultado foi o empoderamento e a organização das mulheres em duas comunidades carentes de São Sebastião.

¹ Instituto Federal de Brasília (IFB) - Campus São Sebastião, Licenciatura em Letras, PROEXT/MEC SeSu 2015.



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Palavras-chave: Educação, Relações de Gênero, Violência contra a mulher, Empoderamento.

1. Introdução

A violência contra a mulher é um grave problema social que afeta um grande número de mulheres em todo o mundo, deixando marcas indeléveis no corpo e na alma. No Brasil, os números são alarmantes; em média, milhões de mulheres são espancadas por ano, uma a cada 24 segundos, segundo pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2010). A pesquisa aponta ainda que cerca de 24% das mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de violência.

De acordo com o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Senado Federal (CPMI) de 2013, sobre a violência contra a mulher mais de 80% dos casos de agressões são cometidos pelo parceiro (marido ou namorado), quanto à raça/etnia, 46% das mulheres agredidas são negras e pardas. O texto mostra ainda que somente um terço dessas agressões é denunciada e, dentre os motivos para essa subnotificação, estão o medo de represálias e o fato de não querer envolver a polícia (SENADO FEDERAL, 2013).

Segundo dados da SPM, a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) registrou, entre janeiro e outubro de 2011, 58.512 relatos de violência. “Desse total, 35.891 foram de violência física; 14.015 de violência psicológica; 6.369 de violência moral; 959 de violência patrimonial; 1.014 de violência sexual; 264 de cárcere privado; e 31 de tráfico de mulheres.” (BRASIL, 2011a, p. 17)

O mapa da violência 2015 (WASELFISSZ, 2015) revelou que, nas últimas três décadas, no Brasil, mais de 106 mil mulheres foram assassinadas, quase a metade (43 mil) nos últimos 10 anos e 4.762 somente no ano de 2013. Com esses dados, o Brasil ocupa o 5º lugar entre os 84 países com maior índice de feminicídios, com uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres. Esse número é 2,4 vezes maior que a taxa média internacional, superado apenas por El Salvador, Colômbia, Guatemala e a Federação Russa.

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Segundo a mesma pesquisa, dentre os 80 municípios com maior índice de assassinatos de mulheres, seis pertencem à região do entorno do Distrito Federal: Cristalina, Planaltina, Luziânia, Valparaíso de Goiás, Formosa e Alexânia, sendo que este último, ocupa o 2º lugar no *ranking* nacional, com mais de 20 assassinatos por cada 100 mil habitantes. Em pesquisa do IPEA (BRASIL, 2013), o Centro-Oeste passa a ocupar o segundo lugar, com 6,86 óbitos por 100.000 mulheres. Esses dados indicam que a violência contra a mulher tem crescido e atingido sua forma mais extrema, o feminicídio.



Figura 1: Taxa de feminicídio por região

Fonte: IPEA/DISET – Ago. 2013

O número crescente de atos de violência praticados contra a mulher é fruto das relações sociais assimétricas produzidas historicamente pelo patriarcalismo, nas quais predominam o domínio do homem e a submissão da mulher.

A violência praticada contra as mulheres é conhecida como violência de gênero porque se relaciona à condição de subordinação da mulher na sociedade, que se constitui na razão implícita do número estarrecedor de casos de violência perpetrados contra elas, revelando a incontestável desigualdade de poder entre homens e mulheres, sobretudo nas relações domésticas e familiares. (CORRÊA, 2010 p. 52)

Durante muitos anos, a violência contra as mulheres ficasse invisível aos olhos do Estado e da sociedade, que a consideravam pertencente ao espaço privado, onde o homem, como provedor, tudo pode.

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



A luta do movimento de mulheres em todo mundo para quebrar a invisibilidade ganhou forças na década de 1970, com a realização da I Conferência Mundial sobre a Mulher e a instituição, em 1975, da década da mulher e em 1979 da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW).

Em 1993, na Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, reconheceu-se que os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis, e que a violência de gênero é incompatível com a dignidade humana.

Segundo Barsted (2006, p. 248), “os esforços dos movimentos feministas em todo o mundo e os diversos tratados internacionais das Nações Unidas deram visibilidade ao problema da violência de gênero”. No Brasil, em especial, a luta das mulheres por uma vida sem violência começou na década de 1970, como aponta Bandeira (2009, p. 402):

[...] na década de 1970, quando, no cenário das demandas pela anistia política de centenas de homens e mulheres, vítimas da violência militar, segmentos do movimento feminista brasileiro se empenharam em denunciar a violência cometida contra as mulheres no próprio lar. Este processo de resistência se fortaleceu com várias estratégias de luta, dentre elas, a nomenclatura da expressão “violência contra a mulher”, seguida pela demanda por políticas públicas a fim de coibi-la.

Foi ainda na década de 1970 que surgiram as primeiras organizações de proteção às mulheres: em 1978, criou-se o SOS corpo em Recife e, dois anos depois, o SOS Mulher em São Paulo. Foram estas as primeiras responsáveis pela elaboração de políticas públicas de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica.

Na década de 1980, ainda segundo Bandeira (2009 p. 412) o movimento feminista fez conhecida

a trágica situação de milhares de mulheres mortas em nome da ‘honra’, da ‘submissão’ e do ‘amor’ por seus maridos, companheiros e amantes. Desde aquela época, ficaram cunhados os *slogans* ‘Quem ama não mata’ e ‘Denuncie a violência contra a mulher’, palavras de ordem das primeiras campanhas contra a violência.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Patrocínio:



Apelo:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Mas é somente com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003, que o enfrentamento à violência contra a mulher ganhou força. Em 2006, promulgou-se a Lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, que considera a violência contra a mulher como crime intolerável, diferentemente da Lei nº 9.099/95, que vigorara até então, a qual tratava a violência contra a mulher como um crime de menor potencial ofensivo.

Em 2007, foi lançado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que propunha políticas públicas amplas, articuladas e direcionadas ao combate à violência contra as mulheres, considerando-se também as dimensões da prevenção, atenção, proteção e garantia dos direitos das mulheres em situação de violência e também o combate à impunidade dos agressores. Essas ações seriam executadas num período de quatro anos (2008 a 2011).

O pacto fundamenta-se nos princípios e diretrizes que norteiam o I e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, e apresentou, naquele momento, “uma estratégia de gestão que orientava a execução de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, no sentido de assegurar a prevenção e o combate à violência, a assistência e a garantia de direitos às mulheres.” (BRASIL, 2011a, p. 11).

Segundo a SPM, o pacto contribuiu de forma significativa na implementação de políticas públicas relativas ao enfrentamento da violência contra a mulher. Dentre estas, estão: o aumento do orçamento para enfrentamento à violência; a criação e o fortalecimento de organismos de políticas para as mulheres nos Estados e Municípios; a consolidação do conceito ampliado de violência contra as mulheres; consolidação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, como um canal de acesso direto às mulheres em situação de violência; ampliação do número de serviços especializados; incorporação da violência contra a mulher na agenda política dos governos (BRASIL, 2011a).

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres foi criada em 2011, com a finalidade de estabelecer

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Patrocínio:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional. (*Idem*, 2011b, p. 23).

Com o Plano Nacional, a SPM atende ao I PNPM, que define como um dos objetivos para se enfrentar a violência a criação de uma política nacional. O enfrentamento à violência contra as mulheres foi mantido, no PNPM de 2008 e no de 2011, como uma das áreas estratégicas de atuação.

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres passou por uma releitura e foram acrescentados novos eixos e ações, porém, manteve-se a concepção de que, sendo a violência de caráter multidimensional, requer políticas públicas articuladas nas mais diferentes esferas. Por isso, as ações propostas por ele apoiam-se em três premissas: a transversalidade de gênero; a intersetorialidade e a capilaridade.

A transversalidade de gênero visa garantir que a questão de violência contra a mulher e de gênero perpassasse as mais diversas políticas públicas setoriais. A intersetorialidade, por sua vez, compreende ações em duas dimensões: uma envolvendo parcerias entre organismos setoriais e atores em cada esfera de governo (ministérios, secretarias, coordenadorias, etc.); e outra, implica uma maior articulação entre políticas nacionais e locais em diferentes áreas (saúde, justiça, educação, trabalho, segurança pública, etc.). Desta articulação decorre a terceira premissa que diz respeito à capilaridade destas ações, programas e políticas; levando a proposta de execução de uma política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres até os níveis locais de governo. (BRASIL, 2011a p. 24)

Por meio do pacto, os convênios entre SPM, estados, municípios e ONGs foram firmados, permitindo-se a criação de uma rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Os números dos serviços que compõem essa rede são divergentes por falta de um sistema nacional de informações sobre a violência contra as mulheres. Mas, de acordo com dados da SPM, existem hoje no país 963 serviços especializados de atendimento às mulheres, sendo 374 DEAMs; 116 núcleos especializados em delegacias

Realização:



Patrocínio:



Apoio:



ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

comuns; 204 Centros de Referência de Atendimento à Mulher; 72 casas abrigo; 52 juizados especializados de violência doméstica e familiar; 46 varas adaptadas; 38 promotorias especializadas e 61 núcleos ou defensorias especializadas (SENADO FEDERAL, 2013).

Além dos órgãos citados, foram criadas em 2015 duas Casas da Mulher Brasileira, uma em Campo Grande (MT) e outra em Brasília/DF, as quais reúnem todos os Serviços especializados de atendimento às mulheres vítimas de violência, com o objetivo de oferecer a elas um atendimento humanizado e acolhedor. Ainda no ano de 2015 foi aprovada a Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015 (Lei do Femicídio), que qualifica o homicídio de mulheres e torna o feminicídio em crime hediondo.

De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão, no ano de 2013, em 100 municípios das cinco regiões do Brasil, a violência contra a mulher ocupa o 3º lugar entre os crimes mais recorrentes no Brasil, na percepção dos(as) entrevistados(as). 54% destes(as) afirmaram conhecer uma mulher vítima de violência doméstica e 56% conheceram um homem que já agrediu sua parceira.

Diante do grave problema da violência contra a mulher no Brasil e do papel que a Educação pode assumir para combatê-lo, este projeto surgiu com a pretensão de contribuir para a formação dos alunos do curso de Licenciatura em Letras e para a qualificação dos professores da educação básica de São Sebastião, a fim de que se tornassem profissionais capazes de refletir sobre as relações sociais de gênero e suas implicações no enfrentamento à violência contra as mulheres.

O objetivo geral, portanto, desse projeto é capacitar os alunos do curso de Letras do Instituto Federal de Brasília, Campus de São Sebastião, professores da Educação Básica sobre as relações sociais de gênero e o combate à violência contra a mulher; organizar as mulheres por meio de ações que visem o empoderamento e a conscientização sobre os direitos das mulheres e realizar ações de combate à violência contra a mulher em parceria com as lideranças comunitárias e movimentos organizados de mulheres de São Sebastião/DF. Trata-se de um projeto de extensão do Instituto

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Patrocínio:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Federal de Brasília, Campus de São Sebastião, contemplado pelo Edital PROEXT/MEC SeSu 2015.

2. Material e Métodos

Campo

O projeto de extensão foi realizado na cidade de São Sebastião no Distrito Federal. Principalmente no bairro Vila do Boa, região periférica da cidade e com uma grande área de ocupação. Além deste bairro, o projeto também se estendeu ao Assentamento 1º de Julho, localizado na zona rural da cidade.

Participantes

A população-alvo desse projeto de extensão consiste nos (as) estudantes do Curso de Licenciatura em Letras, educadores e alunos da Educação Básica de escolas públicas, lideranças comunitárias e mulheres da comunidade de São Sebastião/DF.

Metodologias de trabalho

Inicialmente, foi realizada a seleção dos(as) dez bolsistas e quatro voluntários, estudantes do curso de Licenciatura em Letras Português do IFB Campus de São Sebastião. Em seguida, o grupo recebeu formação em Gênero por meio de um ciclo de palestras com as seguintes temáticas: "Gênero, direitos da mulher e Lei Maria da Penha", "Sexualidade, saúde e violência contra a mulher" e "Trabalhando Gênero em todos os níveis da educação".

Também foram realizadas visitas aos organismos de proteção da mulher, objetivando que os/as estudantes conhecessem os equipamentos disponíveis às mulheres vítimas de violência no Distrito Federal, sendo eles: Casa da Mulher Brasileira, Centro de Atendimento à Mulher (CEAM), Delegacia da Mulher/São Sebastião, Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM) e Secretaria da Mulher do Distrito Federal.



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Paralelo às visitas aos órgãos e à formação dos/as estudantes, foram mapeadas as regiões escolhidas para o desenvolvimento do projeto, a saber: Vila do Boa, bairro da periferia de São Sebastião e Assentamento 1º de Julho, localizado na zona rural. Foram realizadas visitas às casas e reuniões com lideranças comunitárias das respectivas regiões; firmou-se parceria com a Escola Classe Vila do Boa, que cedeu o local para a realização dos trabalhos com a comunidade; realizou-se a primeira formação para os educadores; uma oficina sobre "Gênero e violência no namoro" com alunos de uma escola de Ensino Médio e o primeiro Encontro com mulheres e lideranças da Vila do Boa e do Assentamento 1º de Julho. Na comunidade rural, o local definido para os encontros foi um espaço coberto em um dos sítios da comunidade.

A partir de então, o projeto continuou sendo executado, seguindo um cronograma de atividades que consistia no desenvolvimento de oficinas e cine debates com educadores e estudantes das escolas públicas de São Sebastião; na realização de duas visitas preparatórias e de dois encontros mensais, um em cada comunidade atendida.

Nas atividades realizadas nas escolas, foram discutidos temas relacionados à temática de gênero, tais como direitos da mulher, violência de gênero, violência no namoro, relacionamentos abusivos, Lei Maria da Penha, homofobia, racismo, preconceitos e respeito à diversidade.

Já os encontros temáticos com as mulheres da comunidade consistiam em atividades culturais, tais como apresentações de dança, música, recitação de poesias e contação de histórias; na realização de oficinas de autocuidado, criatividade literária, customização de bolsas, confecção de artesanatos, dentre outras; rodas de conversas e cine debates. As temáticas abordadas nos encontros eram sobre relações de gênero, direitos e saúde da mulher, violência doméstica, Lei Maria da Penha e etc. Muitos dos temas trabalhados eram sugerido pelas próprias mulheres.

Para a realização dos encontros, contamos com a participação de Entidades do Movimento de Mulheres; com representantes do CEAM e da Casa da Mulher Brasileira;



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

com voluntários, na maioria das vezes, estudantes do Instituto Federal de Brasília e com artistas da Comunidade de São Sebastião.

Os encontros visaram levar cultura, lazer e conhecimento para as moradoras e moradores das comunidades, a fim de contribuir para a elevação da autoestima, o empoderamento e a autonomia das mulheres e, dessa forma, conscientizá-las de seus direitos, valorizá-las e incentivá-las a enfrentar, denunciar e sair de situações de violência e abusos.

Vale ressaltar que, durante esses encontros, as filhas e filhos das mulheres participantes, permaneciam em uma brinquedoteca, com monitores que realizavam pinturas de rosto, oficinas de pintura, produção de desenhos e cartazes, contação de histórias e outras atividades. Além do espaço lúdico, as temáticas de gênero também eram abordadas com as crianças. No final de cada encontro, era servido um lanche e havia sorteio de brindes para as mulheres e de brinquedos e livros para as crianças.

3. Resultados e discussão

O projeto teve duração de onze meses, entre junho de 2015 e abril de 2016 e, durante esse período, contou com a participação direta e regular de quatorze estudantes do curso de Licenciatura em Letras Português do Instituto Federal de Brasília, Campus de São Sebastião. Estes professores em formação, na conclusão desse projeto, declaram-se conscientes da importância de se abordar as questões de Gênero e diversidade na sala de aula; sentem-se capacitados para trabalhar essa temática dentro e fora da escola; reconhecem a importância do combate à violência doméstica e sabem acolher e orientar as mulheres sobre seus direitos e sobre os equipamentos disponíveis para atendimento, proteção e acolhimento às vítimas de violência de gênero. Este resultado é bastante satisfatório, pois era um dos principais objetivos do projeto.

As atividades desenvolvidas nas escolas públicas com os estudantes foram bastante produtivas e positivas, principalmente com relação ao reconhecimento, por parte dos adolescentes, da prática de atitudes abusivas e preconceituosas contra as mulheres. Além disso, os debates contribuíram para desconstrução de estereótipos e



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

preconceitos e para ajudá-los na percepção de estarem ou não em relacionamentos abusivos. Por outro lado, houve uma grande resistência, por parte das escolas, em abrir espaço para a discussão da temática de gênero com os educadores. Acredita-se que isso se deve, em parte, à polêmica envolvendo a chamada "ideologia de gênero" na ocasião da aprovação do Plano Nacional de Educação e no plano Distrital.

No que diz respeito aos encontros temáticos nas comunidades, os resultados foram bastante satisfatórios. A receptividade das mulheres nas comunidades foi muito boa, tanto que a cada encontro tínhamos uma adesão cada vez maior de participantes, muitas mulheres, muitas crianças e alguns homens. O prazer e interesse das mulheres em participar das atividades eram crescentes; o aumento da autoestima, da conscientização e do empoderamento era perceptível; a alegria das crianças era contagiante.

Por fim, esses encontros mensais passaram a ser, muitas vezes, o único momento que essas pessoas tinham para dedicar-se a elas mesmas, para abrir seus corações, compartilhar suas angústias, aprender sobre seus direitos, reconhecer-se como mulher, desfrutar de músicas, poesias e histórias. Além disso, algumas mulheres tiveram coragem para procurar ajudar e foram encaminhadas à Casa da Mulher Brasileira, onde foram atendidas.

O projeto firmou parceria com várias Entidades do Movimento de Mulheres, a saber: Casa Frida, De salto alto, Casa Viva, Cine clube feminista de São Sebastião, União Brasileira de Mulheres, Marcha Mundial de Mulheres do Distrito Federal. Além destas, houve uma importante contribuição do Instituto Congo Nya, da Creche da Vila do Boa e do Instituto Nivaldo Nunes. Todas as entidades contribuíram no sentido de ofertar oficinas, atividades culturais e realizar rodas de conversa sobre a temática gênero e violência contra a mulher.

O projeto "Ações de Enfrentamento à violência contra a Mulher em São Sebastião/DF", como ficou conhecido, se tornou uma referência na luta contra a violência e pelos direitos das Mulheres em algumas cidades do DF e no Entorno de Brasília.

Realização:



Patrocínio:



Apoio:



ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



4. Conclusão

Pesquisa realizada com alunas do Programa Mulheres Mil que receberam formação referente aos direitos das mulheres e Lei Maria da Penha (RIBEIRO, 2013.) mostra que a maioria das participantes que tiveram tais conhecimentos ampliados (85%), sente-se muito mais capaz de denunciar a violência. Essa mesma pesquisa mostra que tais mulheres, à medida que tinham acesso ao conhecimento, à cultura e ao lazer, viam crescer em si a autoestima e o desejo de lutar por seus direitos.

Neste sentido, o projeto de extensão "Ações de enfrentamento à violência contra a mulher por meio da capacitação em Gênero de estudantes, educadores e lideranças comunitárias e do empoderamento e organização das mulheres de São Sebastião/DF", contribuiu para a elevação da autoestima, o empoderamento, a organização social das mulheres de São Sebastião e para a promoção do debate e do trabalho sobre gênero nas escolas de forma interdisciplinar. Além disso, proporcionou aos estudantes de Letras, envolvidos diretamente no projeto, uma experiência importante para sua formação enquanto Educadores/as.

A partir das atividades realizadas durante o período de desenvolvimento desse projeto de extensão, o IFB campus de São Sebastião pode atuar diretamente na comunidade na qual está inserido, pode fortalecer o vínculo com os movimentos sociais organizados e contribuir para quebrar o ciclo da violência e exclusão, oportunizando o acesso ao conhecimento e à garantia de direitos.

Embora esse projeto de extensão tenha cumprido o prazo de desenvolvimento pelo PROEXT/MEC/SeSu em abril deste ano, o grupo envolvido decidiu que ele deve continuar, devido aos benefícios que tem proporcionado às comunidades alcançadas. Dessa forma, no mês de maio, se iniciou uma nova etapa do projeto, agregando outros estudantes de Letras, todos voluntários.

Por fim, espera-se que esse projeto continue sendo uma ferramenta importante no combate à violência contra a mulher e sua consequente diminuição, a fim de



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

contribuir para a construção de uma sociedade livre de qualquer tipo de violência e para que o direito das mulheres à uma vida sem violência seja respeitado.

5. Referências

BANDEIRA, L. **Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v24n2/04.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2013.

BARSTED, L. L. A violência contra as mulheres no Brasil e a Convenção de Belém do Pará dez anos depois. In: UNIFEM. **O progresso das mulheres no Brasil**. Fundação Ford, CEPIA. Brasília: 2006.

BONETTI, A. L.; ABREU, M. A. (Org.). **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.

BRASIL. Femicídios: a violência fatal contra a mulher. IPEA, 2013. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/130925_sum_estudo_femicidi_o_leilagarcia_1.pdf> Acesso em: 26 sep. 2013.

_____. Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2008.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: SPM, 2011.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: SPM, 2011a.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: SPM. 2011b.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2012.

CAMPOS, C. H. Lei Maria da Penha: um Novo Desafio Jurídico. In: LIMA, F. R. (Org.). **Violência Doméstica: vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2010. P. 21-35.

CORRÊA, L. R. A necessidade de Intervenção Estatal nos Casos de Violência Doméstica e familiar contra a mulher. In: LIMA, F. R. (Org.). **Violência Doméstica:**



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2010. p. 51-62.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Violência doméstica e violência de gênero.** Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/galeria/violencia-domestica>> Acesso em: 04/03/2013.

GROSSI, M. **Feministas históricas e novas feministas no Brasil:** Sociedade e Estado. UnB, vol. XII, n.2, jul-dez. 1997.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. *Percepção da sociedade sobre a violência e assassinato de mulheres.* 2013. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf> Acesso em: 26/02/2013.

LIBARDONI, A. (Org.). **Direitos Humanos das Mulheres:** em outras palavras. Brasília, AGENDE, 2002.

PITANGUY, J. **Movimento de Mulheres e Políticas de Gênero no Brasil.** Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher – SEDIM, 2002. Disponível em: <<http://www.cepal.org/mujer/proyectos/gobernabilidad/documentos/jpitanguy.pdf>> Acesso em: out. 2012.

RAMOS, M. E. C. Violência Intrafamiliar: Desvelando a Face (oculta) das vítimas. In: LIMA, F. R. (Org.). **Violência Doméstica:** vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar. Ed. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2010. p. 147-156.

RAMOS, D. P. Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. In: BONETTI, A. L.; ABREU, M. A. (org.). **Facês da desigualdade de gênero e raça no Brasil.** Brasília: Ipea, 2011. p.17-42.

RIBEIRO, L. E. G. **A qualificação profissional e cidadã: um estudo do Programa Mulheres Mil, a partir da experiência do Instituto Federal de Goiás, Campus de Luziânia.** UnB, 2013 (Dissertação de mestrado)

SAFFIOTI, H. I. B.; AMEIDA, S. S. **Violência de gênero: poder e impotência.** Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SENADO FEDERAL. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher no Brasil:** Relatório Final. Brasília, 2013. Disponível

ISBN: 978-85-93416-00-2





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

em: <<http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/relatorio-final>> Acesso em : 16 ago. 2013.

SUÁREZ, M.; BANDEIRA, L. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (Orgs). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC/Editora 34, 2002. p. 295-320.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: Homicídios de Mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA & FLACSO, 2015.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Patrocínio:



Apoio:

